



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Corpos cartográficos, Mobilidade, Terra e Resistência Cotidiana na Expropriação Minerária de Comunidades Rurais em Conceição do Mato Dentro ? MG.

Autoria: Natália Neme Carvalhosa (PPGAS/MN/UFRJ)

E se considerássemos cartográficos os corpos? Como os aspectos sensoriais expressam territorializações, subjetivações, formas de representações do território e conflitos? Na expropriação minerária vivida por comunidades rurais em Conceição do Mato Dentro, o corpo, a mobilidade e a resistência cotidiana serão apresentados como angulações que permitam identificar o agenciamento dos atingidos, mesmo em casos extremos de violação de direitos. Diante da herança de um arranjo político colonial fundiário excludente, o corpo dos lavradores medeia um mapeamento mnemônico e sensorial das formas de ocupação e de mobilidade sobre as terras, fundamentais para a reprodução social local. Um dos argumentos centrais é o de que esses mapeamentos sensoriais do espaço são chave para entender a estratégia fragmentadora de negociação de propriedades pela mineradora. Além disso, esses corpos mostram que as bases da organização social dos lavradores atingidos não envolve apenas a terra como elemento material. A terra, nesse caso, é um chão de memórias, de sinestésias, relações/obrigações que costuram formas de entender o mundo e que se chocam com a chegada do ethos minerador acumulativista. Será mostrado que esses mesmos elementos sinestésicos, que se traduzem na categoria vida na roça, compõem o sentimento de legitimidade de ocupação das terras pelos lavradores e a tessitura narrativa de uma resistência cotidiana simbólica frente à mineração. Por fim, o work busca reunir elementos para debater conjuntamente a seguinte questão: como incorporar referências sensoriais e mnemônicas, que transpõem diferentes temporalidades, nas cartografias sociais?

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: